

# Alterações Climáticas e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

*Eveline Herfkens, fundadora  
Campanha do Milénio das Nações Unidas*

Os dois principais desafios à justiça global, as alterações climáticas e a pobreza, estão interligados.

Não podemos trabalhar eficazmente a pobreza global ignorando o impacto das alterações climáticas na agricultura, na propagação de doenças e nos episódios climáticos extremos, factores com forte impacto nos países menos desenvolvidos.

Não podemos combater as alterações climáticas (AC) se não as encararmos também como um problema de desenvolvimento:

Hoje mais de dois mil milhões de pessoas não têm acesso a fontes seguras de energia. Mas para reduzir a pobreza, expandir serviços de saúde, promover um crescimento económico sustentável, numa palavra: para atingirmos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os países em desenvolvimento necessitam de um fornecimento de energia acrescido. A escolha da fonte dessa energia – carvão, petróleo ou renováveis – terá tremendas ramificações nas emissões globais de gases com efeito de estufa. Se um terço da população do planeta continua a viver na pobreza e não pode pagar fontes de energia limpa, isto irá aumentar a pressão sobre a terra, a água, as florestas e outros recursos naturais – exacerbando as alterações climáticas.

Os cientistas avisam que as emissões totais de gases com efeito de estufa só poderá crescer até ao ano 2015, tendo de cair bastante a partir dessa data – isto se quisermos evitar AC muito perigosas. Isto significa que o caminho energético trilhado pelos países em desenvolvimento e as escolhas que eles façam nas suas actuais estratégias de obtenção dos ODM terão um impacto significativo nas AC.

As AC já apresentam sérias ameaças à obtenção dos ODM. Acumulam-se provas – o Relatório Stern e os Relatórios do IPCC – que apontam para o impacto particularmente negativo das AC nas nações mais pobres, aquelas que afinal menos contribuíram para o problema. As AC aumentarão a frequência e a intensidade dos fenómenos meteorológicos extremos. Falta aos países pobres a infraestrutura – p.e. barreiras contra tempestades, estruturas de armazenamento de água – necessária para responder adequadamente a esses fenómenos. Doenças como a malária terão maior potencial de propagação, afectando mais os habitantes de países pobres, que já são os mais afectados pelo problema. Modificações nos regimes de precipitação poderão devastar a agricultura, da qual boa parte da população depende para sobreviver naqueles países.

A subida do nível dos oceanos, secas, inundações e condições meteorológicas extremas ameaçam desfazer décadas de ganhos no desenvolvimento e os esforços rumo aos ODM.

A vulnerabilidade às AC é maior nos países menos desenvolvidos e nos países mais pobres das zonas tropicais e subtropicais. Logo, os países e as pessoas com menos recursos são os que irão suportar o maior fardo das AC em termos de perdas de vidas e de recessão no comércio e na economia. Os mais pobres entre os pobres foram quem menos contribuiu para a acumulação de gases com

efeito de estufa ligada ao recente aquecimento do planeta, mas são eles quem está a ser mais atingido. As nações ricas – as que mais contribuíram para aquelas mudanças atmosféricas – não só têm sofrido menos os efeitos do fenómeno do aquecimento global, mas também estão melhor equipadas para enfrentar esses efeitos.

Portanto as AC agravam a pobreza e a pobreza acelera as AC: temos de interromper este ciclo vicioso. Uma resposta colectiva clara é necessária em ambas as frentes.

Obviamente que as negociações para um tratado multilateral pós-Quito têm de apresentar resultados em breve. Além disso, as nações em desenvolvimento têm de integrar preocupações ambientais nos seus planos de desenvolvimento. Têm de implementar políticas, leis e práticas de governação para proteger o ambiente, mas também para proteger as comunidades pobres que dependem dos recursos naturais.

Posto isto, os países ricos têm de assumir a principal responsabilidade, pois são eles os principais causadores das AC. Portanto devem ajudar os países em desenvolvimento a melhorar a sua capacidade de adaptação às AC, através de transferências tecnológicas e financeiras.

Também seria útil expandir o potencial dos recursos financeiros resultantes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estabelecido pelo Protocolo de Quioto.

Mas para serem credíveis, estes esforços não devem implicar um desvio dos fundos previstos para a redução da pobreza; devem ser recursos adicionais aos prometidos pelos países ricos no passado e que constam do Objectivo do Milénio 8: aumento da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) até 0,7% do Rendimento Nacional Bruto; melhoria da eficácia da Ajuda e por fim regras do comércio internacional mais justas, incentivando o desenvolvimento dos países mais pobres. Enquanto a implementação destes pontos continuar insuficiente, será difícil convencer os países em desenvolvimento a fazer a sua parte no combate às AC.

Podemos proteger o planeta e os seus habitantes mais pobres. Foram feitas promessas ao mais alto nível: líderes mundiais representando quase todos os países subscreveram em Setembro de 2000 estes oito objectivos globais interligados, a atingir até ao ano 2015, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O Objectivo 7 está focado no ambiente e nas alterações climáticas, mas é parte de um compromisso mais amplo para o desenvolvimento sustentável. Aqueles objectivos representam um pacote holístico para lidar com as injustiças e os males do mundo. São atingíveis, basta vontade política.

Os nossos actos definirão a nossa geração e, enfim, o nosso legado global. Não desperdicemos a oportunidade, pois quanto mais esperarmos, mais caro nos vai sair...

O que está em causa é o destino do nosso planeta e do seu povo.

*Agosto 2007*